



Podemos falar de uma hierarquia da memória da Shoah?

O que nos ensina a Operação T4, dita de Eutanásia”.

Esther Mucznik

Esta questão surgiu-me durante um seminário organizado pela Escola Internacional do Yad Vashem em colaboração com a Memoshoá e que teve lugar de 26 a 29 de fevereiro 2017 no Castelo de Hartheim, na Áustria, perto de Linz. O tema foi o programa nazi T4, dito de Eutanásia, e o seminário complementado em seguida por uma visita ao campo de concentração de Mauthausen. O Castelo de Hartheim é um antigo castelo do século XII que deve o seu nome aos seus antigos proprietários, a família Schloss Hartheim.

Durante a IIª Grande Guerra era chamado de Castelo da Morte porque foi um dos seis centros do programa T4, onde foram assassinadas ao todo cerca de 30 mil pessoas. Havia seis centros psiquiátricos de extermínio na Alemanha e na Áustria que desempenharam um papel crucial no que se tornou o Holocausto.

O programa T4, deve o nome à sua sede que era na rua Tiergartenstraße 4, em Berlim. Este programa é mais conhecido como o programa de “eutanásia”. Só que o termo eutanásia era um eufemismo que servia para camuflar um programa clandestino de assassinato de deficientes

físicos e mentais que viviam em instituições de saúde na Alemanha e nos territórios a ela anexados, nomeadamente a Áustria. A sede ela-mesmo tinha o nome de "Fundação de caridade para cuidados institucionais".

Sabemos que todos os regimes dictatoriais utilizam uma linguagem eufemística para camuflar os seus verdadeiros objectivos: Não se falava em deportação, mas em "Deslocação para leste"; Não se falava em extermínio, mas em "solução final"; à entrada de campos de concentração, nomeadamente em Auschwitz, o que se lia era "o trabalho liberta" e não campo de trabalho escravo e de morte. O Gulag soviético ou os campos chineses eram gentilmente apelidados de "campos de reeducação". O próprio Tribunal da Inquisição denominava-se "Do Santo Ofício" e a condenação à morte pelo fogo, "relaxados em carne"...

Voltando ao programa T4, o seu objectivo era criar uma sociedade racialmente pura, e sem pessoas "improdutivas" consideradas "vidas que não valiam a pena de serem vividas". Era dirigido por Phillip Bouhler, chefe da Chancelaria privada de Hitler e por Karl Brandt, médico pessoal de Hitler. Estas ideias não eram novas, enraizavam-se no ensino ministrado nas Faculdades de Medicina da Alemanha, desde o século XIX, que veiculava a visão dos promotores do racismo biológico, Arthur de Gobineau e Houston Stewart Chamberlain, criadores do mito da superioridade das raças "puras" relativamente às "mestiças". O nazismo, no entanto, irá muito mais longe defendendo não só a supremacia da raça ariana, mas a necessidade da "higiene racial", ou seja, a liquidação de tudo o que a "polui".

Em 18 de agosto de 1939, o governo alemão emitiu um decreto obrigando os profissionais médicos a reportarem oficialmente casos de recém-nascidos e crianças menores de 3 anos com incapacidades graves. Em outubro daquele mesmo ano, com o objetivo de eliminar aquelas crianças, as autoridades alemãs começaram a incentivar os pais a interná-las em clínicas pediátricas onde supostamente elas seriam "tratadas". As clínicas eram na realidade centros de extermínio, onde médicos especialmente recrutados assassinavam os seus jovens pacientes com overdoses letais de remédios, injeções de fenol ou deixavam que eles morressem de fome. As suas mortes eram registadas como "pneumonia". Aquele programa de extermínio expandiu-se para incluir jovens até 17 anos, e foi rapidamente alargado aos adultos internados em instituições médicas e psiquiátricas. No entanto, a lentidão e ineficiência deste método para matar adultos, levou Hitler a recomendar o uso do gás monóxido de carbono, o que foi considerado como um "grande avanço na história da medicina"...

O programa T4 teve lugar oficialmente, como política de "saúde pública", entre 1939 e 1941, data em que foi encerrado devido aos protestos das igrejas católica e protestante. No entanto, sob outros nomes e formas, o extermínio de pessoas, consideradas um fardo à sociedade, irá prolongar-se até ao final da guerra. Nos Julgamentos de Nuremberga no final da guerra, o número total apontado foi de 275 mil vítimas. Administrado conjuntamente pelas SS, polícia e pessoal médico, o T4 foi o precursor conceptual, técnico e administrativo da "Solução final" que iria ser posta em prática nos campos de extermínio, que

causará como se sabe entre 1942 e 1944, a morte de quase 3.000.000 de pessoas.

No final da guerra, pouco antes da chegada dos americanos em Maio de 1945, os vestígios tinham sido apagados à pressa e o castelo servia como lar de crianças. O crematório fora dissimulado e os vestígios apagados. Apesar de tudo os americanos conseguiram umas fotos e alguns testemunhos.

As vítimas do T4 só foram reconhecidas nos anos 90 do século XX. E as placas comemorativas que pudemos observar foram doadas pelos poucos sobreviventes ou familiares dos mortos. Entre 1995 e 2003 foi criado no Castelo de Hartheim, um Centro de Memória, mas só entrou realmente em funcionamento quando saíram os seus últimos habitantes em 1999. Foi preciso esperar por 2010 pelo Pedido de perdão da ordem dos médicos

Hartheim foi destruído para apagar a memória: não havia documentos e a pesquisa é feita por uma equipa muito jovem com recursos mínimos do Estado Austríaco através da documentação cedida pelas famílias, ou encontrada em clínicas e empresas de transportes. Hoje a base de dados de Hartheim já contem 22.500 registos históricos sobre esse terrível programa nazi.

O seminário foi muito interessante não só para conhecermos e percebermos o âmago do programa T4, mas também porque Hartheim como centro de extermínio de deficientes é talvez o “melhor” local para entendermos o que significa a negação da diferença e todo o trabalho feito pela jovem equipa que procura valorizá-la, procurando tirar lições do passado para o presente.

Também nos fez compreender que há relativamente ao Holocausto uma hierarquia da memória, na qual o extermínio dos deficientes ocupa o último lugar. E ocupa o último lugar não só pelo apagamento de vestígios, pela indiferença e vergonha, mas porque à diferença de outras vítimas da Shoah, os deficientes não tinham porta-vozes, não tinham nem representantes, nem voz... São assim os últimos na hierarquia da memória.

Podemos definir essa hierarquia de uma forma cronológica: em primeiro lugar os resistentes; a seguir os judeus, depois os ciganos e a seguir os homossexuais; finalmente os deficientes.

Vejamos rapidamente cada caso

Os resistentes:

Nos anos do imediato pós-guerra vivia-se a época dos heróis e dos resistentes, não dos sobreviventes: estes foram mal recebidos em quase todos os países para onde inicialmente voltaram, muitas vezes acusados de quererem recuperar as suas casas e bens, entretanto usurpados pelas populações locais. Era como se estivessem “manchados, marcados pelo sofrimento, estigmatizados pela tragédia”¹. Simone Weil conta na sua autobiografia² que logo a seguir à guerra, numa recepção de homenagem à irmã que fora resistente, a única vez que alguém se dirigiu a ela foi para lhe perguntar se o número que trazia tatuado no braço era o seu número de bengaleiro: “depois disto fui chorar para a casa de banho”...

¹ Bauman, Janina, *A Rapariga do Gueto*, Pedra da Lua, 2008, p.237

² Simone Weil, *Une Vie*, Stock, 2007

Nos anos que se seguiram à guerra ninguém queria ouvir falar do que realmente acontecera. A Europa lambia as suas feridas e queria apenas uma coisa: esquecer. O processo da memória foi moroso, nomeadamente nos países que foram ocupados por Hitler. Estes oscilavam entre o sentimento de vitimização e a ilusão de resistência. Alguns desses países, tais como a Holanda, a Bélgica, a Noruega, a Polónia e os países do Leste ocupado, escudavam-se com a ocupação alemã, escamoteando a colaboração de numerosos sectores das suas próprias populações e destacando apenas o papel dos resistentes. A França é o exemplo mais clamoroso deste estado de negação. Como se sabe, o regime de Vichy não se limitou a acomodar-se à derrota da França e a obedecer aos alemães. Levou a cabo os seus próprios projectos colaboracionistas, participando activamente na Solução Final: praticamente todo o esquema de recenseamento, restrições e proibições, denúncias, prisões e concentração com vista à deportação, era de responsabilidade francesa. O peso desse passado incómodo levou a que depois da Libertação, os franceses construíssem uma memória idealizada da qual Vichy não fazia parte. Vichy não era a França, era uma ruptura, um parêntesis na sua história, a verdadeira França tinha resistido. Assim, o processo de reconhecimento do seu passado e da responsabilidade colectiva, foi longo, doloroso e difícil. Para ele contribuíram os historiadores, a distanciação no tempo, o documentário *Shoah* de Claude Landzman, em 1985, e vários julgamentos: o de Touvier, de Klaus Barbie, de Maurice Papon. Mas a nível oficial o tabu da responsabilidade da França só foi verdadeiramente quebrado pelo presidente Jacques Chirac a 16 de Julho de 1995 num discurso proferido no Velódromo de Inverno, em lembrança da rusga de Julho de 1942. Foi

o primeiro chefe de Estado francês a reconhecer formalmente o papel da França no extermínio dos judeus europeus.

Estávamos assim no primeiro momento da memória que se agarrava ao mito da resistência colectiva.

O segundo momento é o dos judeus, 20 ou 30 anos depois do final da guerra, relacionado com a mudança de geração e nomeadamente com o Julgamentos de Eichmann, em 1961 em Jerusalém

Durante quase três décadas, o Holocausto e a esmagadora maioria das suas vítimas – os judeus, aliás as únicas colectivamente destinadas ao extermínio - foi um tema tabu na memória europeia. No entanto, o escasso número de sobreviventes era em si mesmo um testemunho gritante do que tinha acontecido: dos 126 mil judeus forçados a deixar a Áustria, regressaram 4.500. Na Holanda, foram deportados 110 mil dos 140 mil que aí viviam antes da guerra e voltaram menos de 5 mil. De França foram deportados 76 mil – a maioria estrangeira – e destes sobreviveram 3%. A leste foi muito pior, 97,5% dos três milhões de judeus polacos foram exterminados. Na própria Alemanha, em Maio de 1945 restavam 21.450 judeus dos 600 mil que eram antes da guerra³.

Há, no entanto, uma diferença entre o trauma sofrido pelos prisioneiros “raciais” nomeadamente judeus, e os opositores políticos não judeus. Para estes últimos, o seu sofrimento estivera ligado a uma razão: uma acção política, um regime, um sistema de ideias, uma ideologia. Mas para a maioria dos judeus, a causa do seu tormento nada tinha a ver com o que tinham feito ou pensado, mas sim com o que eles eram: o resultado foi para muitos a perda de confiança na humanidade, um

³ Judt, Tony, *Pós-Guerra*, Edições 70, p. 900-901

sentimento de solidão num mundo hostil. “Nada me fará mergulhar de novo no sono tranquilizador ao qual me arrancaram em 1935”, escreve Jean Amery, “Todas as manhãs quando me levanto, leio o meu número de Auschwitz inscrito no meu braço (...) e cada dia perco de novo a minha confiança no mundo”. Amery acabou por se suicidar incapaz de sobreviver à amargura, à desesperança, ao tormento de um passado que não passava.

Para os que tentaram voltar para os seus lares, a chegada foi frequentemente um choque e um sofrimento acrescido. Nos países em que todos se queriam identificar com os heróis – frequentemente como forma de resgatar a sua própria passividade – os destroços humanos que surgiam eram uma imagem que poucos queriam ver, ouvir e acolher. “Tínhamos a sensação de que as nossas vidas não tinham qualquer valor”, escreve Simone Weil; “e, no entanto, eramos tão poucos”. As suas casas tinham sido ocupadas e a sua presença lembrava um período que todos queriam esquecer

Para os judeus, o Holocausto foi uma catástrofe cujas sequelas em todos os campos perduram no tempo. Do ponto de vista físico, viu a sua população diminuída de um terço a nível mundial e de dois terços na Europa, alterando radicalmente a sua demografia e talvez definitivamente a sua repartição geográfica e cultural.

Do ponto de vista psicológico, as consequências também são profundas. Tal como muitos povos europeus, o mundo judaico fez sua a causa dos Aliados durante a guerra e contribuiu para a sua vitória final, nomeadamente os judeus dos EUA, da Grã-Bretanha ou da Palestina. Mas os países aliados, em guerra com a Alemanha, nunca vieram em seu socorro. O mundo judaico europeu não tinha aliados. Na sua hora mais

difícil, o judaísmo estava só e a constatação desse abandono representou um choque traumático para os judeus do mundo inteiro, com consequências futuras no seu comportamento. A forma indiferente, hostil, muitas vezes agressiva e até violenta com que foram recebidos quando tentaram voltar aos seus países, às suas casas e às suas propriedades anteriores, acentuou esse sentimento de solidão e de marginalidade relativamente aos outros povos. O resultado foi, em primeiro lugar, um verdadeiro êxodo dos sobreviventes para o novo Estado judaico - que encaravam como único espaço no planeta, onde poderiam “viver livres e morrer nas suas próprias casas”⁴ – em segundo lugar, a construção obstinada, persistente e contínua de uma memória do Holocausto, documento a documento, testemunho a testemunho, arquivo a arquivo. Uma memória que lentamente não só se tornou parte integrante da identidade judaica, moldando a consciência e o comportamento do judeu pós-Holocausto, mas também parte integrante da memória europeia.

Em suma, os judeus construíram eles-próprios a sua memória contribuindo decisivamente para o que o Holocausto seja hoje uma peça fundamental memória europeia, ocidental e universal.

Ciganos e Homossexuais

Para os sobreviventes de outros grupos humanos perseguidos pelos nazis, os processos de recuperação, especialmente entre os ciganos e homossexuais foram dolorosos e traumáticos como atestam os testemunhos, com a agravante de o seu sofrimento ser reconhecido

⁴ Theodor Herzl, *Der Judenstaat*, (O Estado Judaico), 1896

muito mais tardiamente. No que respeita aos ciganos, Sinti e Roma, só muito recentemente tem vindo a público a memória da sua experiência nomeadamente em Auschwitz.

Ciganos

A 16 de Dezembro de 1942, Himmler ordena a prisão e deportação para Auschwitz-Birkenau de todas as pessoas de sangue cigano⁵, incluindo os “mestiços”. Com uma excepção: os ciganos “puros” reconhecidos como membros das duas tribos mais importantes que Hitler considerava “descendentes directos da raça indo-germânica primitiva”, da qual teriam mantido os usos e costumes. Com efeito, desde 1938, os ciganos de reconhecida “raça pura” eram considerados parte do *Folk* do Reich. Os outros foram alvo de sedentarização forçada ou enviados para guetos, como aconteceu em 1941 com a deportação de 7.000 ciganos para o gueto de Lodz.

Até 1943, os ciganos são pouco numerosos em Auschwitz. Mas em Fevereiro desse ano chegam ao campo, por ordem de Berlim, cerca de 21 mil ciganos vindos da Alemanha e dos países ocupados: Polónia, Boémia e Morávia, Roménia, Hungria e França. Serão internados na secção B11e de Birkenau reservada para eles, denominada de *Zigeunerlager*, “campo dos ciganos” ou “campo das famílias ciganas”, devido ao facto de permanecerem juntos, homens, mulheres e crianças. Viviam totalmente isolados dos outros presos e não eram obrigados a trabalhar fora do seu próprio sector. O campo terá uma duração de 18 meses. A 22 de Março

⁵ Os ciganos preferem os termos de Sinti e Roma que pertencem ao Romani, língua do vernáculo cigano. A etnia Sinti está instalada na Europa Central desde a Idade Média e os Roma ou Roms vivem na Europa desde a Idade Média, mas fora da zona de língua germânica. (Wiewiorka, Annette, *Auschwitz la mémoire d'un lieu*, Hachette, p.138)

de 1943, uma primeira selecção conduz à morte 1.700 ciganos, suspeitos de terem tifo. Em Maio serão gaseados mais 500. Apesar de poderem viver em família, de manterem as suas próprias roupas e não serem obrigados a rapar o cabelo, as suas condições de vida eram terríveis: a fome, a sobrelotação excessiva, a ausência de água potável e as epidemias causaram uma mortalidade desenfreada, sobretudo entre as numerosas crianças, frequentemente atingidas por uma estranha doença – a noma – também chamada de gangrena da face. Muitas destas crianças, nomeadamente os gémeos foram alvo de experiências “médicas” dirigidas pelo criminoso Mengele, chegado a Auschwitz em Maio de 1943 e nomeado médico-chefe do campo dos ciganos. Em resultado dessas experiências, a quase totalidade dessas crianças morreu.

Em Maio de 1944 permaneciam no campo cerca de 6.000 ciganos. Entre Maio e Agosto desse ano, cerca de 3000 serão enviados para trabalhar noutros campos de concentração no interior do Reich. Os outros 3.000 que restavam foram todos exterminados na noite de 2 a 3 de Agosto de 1944 na câmara de gás do crematório V. As testemunhas dessa liquidação falam das tentativas de resistência dos ciganos armados de facas e colheres, rapidamente neutralizados com extrema violência pelos SS que para além dos disparos de pistolas e rajadas de metralhadoras, arremessavam as crianças contra os taipais dos camiões...⁶

A estimativa total (e não apenas em Auschwitz) de vítimas ciganas não tem sido fácil de estabelecer, em parte pela incoerência da própria política nazi anti-cigana que em certos sítios, como a URSS, não os poupou, ao contrário, por exemplo, do que aconteceu na Roménia ou na

⁶ Rees, Lawrence, *Auschwitz, os Nazis e a Solução Final*, D. Quixote, 2010, p.342

“zona livre” de França. Mas a razão principal é que durante décadas o seu destino durante o Holocausto foi ignorado e subestimado. No entanto, a investigação recente aponta um número de mortos situado entre 150 e 200.000, ou seja, mais de 20% num total de uma população avaliada antes da guerra de 830.000 pessoas.

Homossexuais

No caso dos homossexuais, esse reconhecimento para além de tardio é de certa maneira “envergonhado”. Durante muito tempo, foi um tema tabu que os próprios não ousavam levantar. O memorial às vítimas homossexuais, inaugurado em 2008, em Berlim, reflecte precisamente esse tabu: quase dissimulado num dos lados do parque Tiergarten, é um bloco em betão de cerca de três metros de altura, apenas com uma pequena abertura através da qual se pode visualizar imagens de um abraço entre dois homens.

A homossexualidade alemã era severamente punida pelo regime nazi e os homossexuais masculinos definidos como “inimigos do Estado”, o que explica a sua maior presença nos campos de “reeducação”, tais como Dachau e Sachsenhausen criados logo a seguir a 1933. Em Auschwitz, formaram grupos relativamente restritos. Desde o início, os presos homossexuais dos campos de concentração tinham a sua própria insígnia, o triângulo cor-de-rosa. À homossexualidade feminina não era atribuída a mesma importância, as mulheres lésbicas estavam incluídas no grupo das “associadas”, arvorando o mesmo triângulo preto: na visão nazi, a mulher era mera reprodutora ao serviço da multiplicação da “raça” e as suas opções pessoais totalmente irrelevantes. Calcula-se que na Alemanha tenham sido presos cerca de 50.000 homossexuais e destes

entre 10.000 e 15.000 perderam a vida nos campos⁷. Não foram alvo de extermínio directo, mas foram mortos pela dureza das condições de detenção e de trabalho e pelas experiências “médicas” de que foram vítimas, nomeadamente, castrações massivas e mutilações diversas.

Para os nazis, a homossexualidade era uma tara e factor de degenerescência da “raça” ou, na melhor das hipóteses, uma doença que podia ser tratada. Desenvolveram assim uma política de «tratamentos» que passava em parte por um trabalho duro, perigoso e humilhante. Esses presos com o triângulo cor-de-rosa transportavam consigo o peso da estigmatização geral da homossexualidade; este facto reduzia logo à partida a sua influência na comunicação interna e nas estruturas de poder dos campos. Os kapos ridicularizavam e espancavam os prisioneiros homossexuais à chegada e separavam-nos frequentemente dos outros detidos. Rudolf Hoess, director do campo de Auschwitz, escreve que os homossexuais eram separados dos outros prisioneiros para evitar a estes últimos e aos guardas o contágio da “doença”. Para o comandante, a “cura” estava no trabalho árduo: o resultado mais frequente do seu “tratamento” era a morte por exaustão.

Quanto aos prisioneiros de guerra soviéticos, o seu destino foi terrível: para Estaline não existiam prisioneiros de guerra, apenas “traidores à pátria”. Pelo “crime” de ter sido capturada pelas tropas alemãs, quando o hospital em que trabalhava como enfermeira foi cercado, Tatiana Nanieva foi condenada a seis anos de detenção num *gulag* e exílio na

⁷ Memorial e Museu de Auschwitz-Birkenau, Neander and Biedron, Homosexuals. A separate category of prisoners

Sibéria para o resto da vida⁸.

Na cauda da hierarquia da memória estão os deficientes como acima vimos. E repetindo o que acima digo, ocupam o último lugar principalmente porque à diferença de outras vítimas da Shoah, os deficientes não tinham (nem têm) porta-vozes, não tinham nem representantes, nem voz... São assim os últimos na hierarquia da memória.

Mas o que também é importante entendermos é que esta hierarquia é um reflexo dos contextos sociais históricos, políticos e ideológicos e do seu grau de absorção do passado. Mas também nos ensina que se é verdade que há um tempo de esquecimento, até como condição de sobrevivência, a história acaba sempre por vir ao de cima...

⁸ Rees, p.373